

diálogo com o Secretário, e que nas próximas reuniões os conselheiros irão questionar se tudo que está proposto será mesmo concretizado. A presidente reconhece que essa é uma preocupação legítima, e reforça que todos estão comprometidos e tentando resolver da melhor maneira possível. A conselheira Patrícia propõe que a Secretaria de Desenvolvimento Social seja convidada para a próxima agenda, tendo em vista que é uma pasta diretamente envolvida com as questões que serão discutidas. O conselheiro Jairo traz a informação de que foi criada uma comissão para avaliar a gestão compartilhada nas escolas. Questiona quem compõe essa comissão, e salienta que seria interessante a participação da sociedade civil. A presidente propõe que esse seja um ponto a ser tratado pelo CDCA. Demais informes e deliberações: A Presidente faz algumas considerações sobre um tema muito divulgado pela mídia nos últimos dias, que foi a desativação de alguns conselhos por parte do Governo Federal. Registra seu reconhecimento pela importância da existência dos conselhos e da participação da sociedade civil na construção de políticas públicas juntamente com o governo. A Presidente aproveita a oportunidade para introduzir os dois novos integrantes da equipe da Secretaria Executiva do CDCA: Rockmenglhe Vasco Santana, como Secretário Executivo, e Amanda Leite Ferreira, como Diretora de Acompanhamento de Normas e Comissões. Cita também a iminência do concurso de remanejamento de servidores da Secretaria de Justiça e a proposta de um Edital de Chamamento de servidores para compor o quadro da Secretaria Executiva, duas medidas que aumentarão a força de trabalho e fortalecerão a estrutura do Conselho. O novo Secretário Executivo se apresenta aos conselheiros, agradece a colaboração da equipe da Secretaria Executiva e declara seu comprometimento com o trabalho e com o enfrentamento dos desafios inerentes ao cargo. Cita algumas das pautas de maior urgência no Conselho, como a realização das Conferências Regionais e o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, e pede a união e cooperação dos conselheiros na conclusão das etapas necessárias ao acontecimento desses eventos. A conselheira Patrícia agradece à Presidente pela sensibilidade de perceber a importância do bom funcionamento da Secretaria Executiva para o funcionamento do conselho. Indica a servidora Michele Sandes, que já trabalhou no CDCA por seis anos e possui interesse em retornar, para compor a equipe da Diretoria de Projetos novamente, o que contribuirá com a celeridade do processo de análise dos projetos vigentes. A conselheira Daisy elogia a equipe atual da Secretaria Executiva, em especial as servidoras Marina, Andreia, Camila e Cléria, pela prestabilidade para com os conselheiros e celeridade na atuação desde o ano passado, e reconhece o avanço nas atividades do conselho. A conselheira Claudia (Desenvolvimento Social) defende a realização de um planejamento estratégico para o CDCA, para maior organização das ações do conselho. O Secretário Executivo aponta que uma das formas de organizar melhor as atividades e suprir o déficit de pessoal é a automatização dos processos por meio de um sistema. Reforça a possibilidade da realização de deliberações por meio de plenário virtual, que estabeleça integração com o SEI para que o trabalho seja unificado, o que gerará ganho de tempo e agilidade, e redução de custos. Pensando nesse conjunto como um todo, se compromete a apresentar essa proposta, bem como uma proposta de implementação de cursos de formação à distância para entidades da sociedade civil no que tange à apresentação de projetos junto ao CDCA, e também formação para os servidores da Secretaria Executiva, para auxiliar no treinamento para o trabalho. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às onze horas e trinta minutos, a presente ata foi lavrada por Amanda Leite Ferreira – Diretoria de Normas e Comissões do Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente – CDCA/DF que vai assinada pela presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ADRIANA BARBOSA ROCHA DE FARIA

Presidente do Conselho

ATA DA 60ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Ao décimo quarto dia do mês de maio de dois mil e dezenove, no auditório da Secretaria de Estado de Justiça do DF, Brasília/DF, às nove horas, ocorreu abertura oficial da 60ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF, sob a Presidência da Sra. Adriana Barbosa Rocha Faria. Representantes Governamentais presentes: Demontê Alves Batista Filho como representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF – SEJUS/Direitos Humanos; Cláudia Ferreira de Maya Viana como representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF; Jaqueline Domingues de Aguiar e Daniela Gomes do Nascimento como representantes da Secretaria de Estado de Educação do DF; Ivana Ribeiro Novaes como representante da Secretaria de Saúde do DF; João Miguel Gonzaga de Souza como representante da Secretaria de Estado de Cultura do DF; Daisy Rotativo Jansen Watanabe e Paulo Dubois Sobrinho como representantes da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do DF; Fabiano Carvalho dos Santos como representante da Secretaria de Estado de Juventude do DF; Adriana Barbosa Rocha de Faria e Cleidison Figueiredo dos Santos como representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF – SEJUS/Infância e Adolescência; Ana Paula Soares Marra como representante da governadoria da Casa Civil do Distrito Federal; Daniel Nazi Coelho como representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF; Júlio Cesar Lima como representante da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF; Grazielle Soares Mariano como representante da Secretaria de Estado da Mulher do DF; Eduardo Ferreira de Aguiar como representante da Secretaria de Estado de Turismo do DF; Veruska Alves de Lima e Silva como representante da Secretaria de Estado de Trabalho do DF. Representantes da Sociedade Civil presentes: Cláudia Guimarães Leite como representante da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias – Abrace; Paulo Henrique Pereira Farias como representante da Inspecção São João Bosco – Cesam/DF; Nilson Amâncio de Lima Filho

como representante da Associação Cristã dos Moços de Brasília – ACM; Gláucia de Oliveira Lima como representante do Instituto Cláudio Coelho de Tae-Kwondo/ONG Fazer Valor; Alceu Avelar de Araújo como representante do Instituto Batacar; Coracy Coelho Chavante como representante do Coletivo da Cidade; Jairo de Souza Junior como representante do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF – Sinproep/DF; Milda Lourdes Pala Moraes como representante do Centro de Referência, Estudo e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA; Lauro Moreira Saldanha da Silva como representante do Centro Comunitário da Criança – CCC; Juventino Luciano Mondadori de Oliveira como representante do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultura do Governo do DF – Sindisasc/DF; Patrícia Andrade Santiago Silva Mello como representante da Aldeias Infantis SOS Brasil. Ausentes: Representante da Rede Urbana de Ações Socioculturais – RUAS; Representante da Visão Social; Representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do DF – Sintibref/DF; Representante das Obras Sociais Centro Espírita – Irmão Áureo. Ausência justificada: Milda Lourdes Pala Moraes representante do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA. Demais Participantes: Rafael de Carvalho Pullen Parente, Secretário de Estado da Educação do DF; Carla Valadares, representante do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social – CEPAS; Rosana Viegas e Carvalho, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT. Item 1- Abertura: A Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente inicia os trabalhos da 60ª Reunião Plenária do CDCA/DF. Item 2 – Apresentação do Secretário de Desenvolvimento Social: A Presidente apresenta o Secretário de Estado e Desenvolvimento, Sr. Eduardo Zaratz, e elogia sua disponibilidade para dialogar com o Conselho enfatizando a importância do diálogo construtivo. Esclarece os outros pontos de pautas que serão tratados após a apresentação do Secretário da SEDES, e pontua as regras de fala. O Secretário agradece à Presidente pela oportunidade. Se sente honrado de estar dialogando com os Conselheiros, esclarece que tem tido diálogo com a infância. Enfatiza a importância do diálogo, e entende a gravidade do que ocorre nas UNACS. Compreende que o Brasil está em fases difíceis, não só no pensamento ideológico, mas também o que é encontrado na pasta da Assistência Social Ressalta que nunca viu tamanho desmantelamento da máquina como está ocorrendo no Distrito Federal. Relata que tem diálogos com o Governador do Distrito Federal e a Casa Civil para tentarem melhorar as situações, e sabe que respostas efetivas as situações devem ser dadas. Pontua a surpresa pela situação após a visita do Ministério Público às UNACS. Esclarece que estão restaurando a autonomia e até mesmo empoderando as unidades, e acredita que o decreto pode ser equivocado. Têm consciência da situação delicada de material humano, existindo uma venda de escala de plantão ou outras situações graves que acontecem, e relata os cargos congelados por conta do problema que extrapola a Lei Fiscal. Menciona que os cargos serão restituídos a partir de Setembro, e que está em conversa com a Fazenda e o Ministério Público para a contratação de serviços temporários até que sejam entregues os concursados do concurso em andamento. Informa que também está tendo problema com o CRAS. O Secretário começa a relatar sobre a questão de escala presente, entende que o nível de escala deve existir e que a mesma será regulamentada, e informa que o Governador autorizou a retomar a discussão de avançar de 30 horas para 40 horas novamente. O NOB-RH deixa claro que a casa suportaria 20 pessoas, onde a portaria do final do ano passado já foi revogada e está sendo construída uma nova, informa também que outro lugar está sendo procurado, um mais adequado. O Secretário valida e demonstra a satisfação com a atuação do Ministério Público. Explana também um problema de comunicação na administração pública, e que quer evitar atritos com a esfera Federal, e mantendo um diálogo com a esfera local. Relata que conseguiram colocar os jovens no Centro de Juventude, e que a ideia é aproximá-los do centro; a promotora Luísa relata que a situação da UNAC como um todo não é uma situação grave agora, e estabelecer o que se trata de uma política que se aperfeiçoou durante o tempo, o que foi fazendo que o equipamento do estado ficasse com situações mais complexas e com o tempo não foram dando conta. Explana que o perfil de crianças que o estado acompanha são os mais complexos, e que esse perfil de adolescente requer do estado um aperfeiçoamento na forma de atender, e não é só na assistência. Do abrigo a sua interface com os demais. Acredita na importância uma inspeção e após a mesma, percebeu-se uma demanda por parte do CDCA para fazer uma nova visita. Com a visita presenciaram situações que necessitam uma lente de aumento, pois estão perdendo pessoas, encontram situações que afetam o adolescente e os demais que estão no serviço. A promotora traz estratégias e pontua a necessidade de visibilidade cuja a questão não está só localizado na SEDES, e sim que deve existir um trabalho de perspectiva que acriança e adolescente é uma corresponsabilidade de todos, se não existir um trabalho articulado com as demais áreas, dificultará as coisas. Relata também que o Ministério Público está chamando uma Audiência Pública para tornar visível essa situação para as outras instituições da rede; o Secretário pontua que existe um diálogo estreito com a saúde, que existe uma possibilidade de equipes da saúde da família dentro das UNACS, houve diálogo juntamente a Secretaria Adjunta da Saúde e a Diretora de Saúde Mental; a promotora Luísa explana que precisa-se de nomeações, e que o objetivo maior na reunião do Ministério Público é a solicitação para o Governo sobre as nomeações dos gestores da cadeia da política de acolhimento; a conselheira Patrícia relata que foi feita uma minuta de resolução que trazia alguns compromissos que seriam firmados com a Secretaria. A conselheira fala sobre a apresentação de um plano de ação que venha com metas, prazos, responsáveis e quanto será necessário, e que não se sente contemplada pela fala do Secretário já que não foi abordado prazos por exemplo. Questiona como se fala sobre contrato de tempo determinado se não tem recursos, que crianças e adolescentes estão em situações de alta complexidade e com direitos violados. Questiona qual o prazo para essa

questão metodológica, quem são as pessoas que irão executar. Pontua novamente que não se sente contemplada diante do que foi colocado na resolução, tem respostas mas sem prazos. Sugere ampliar a discussão porquê o trabalho com esse público é complexo, precisa-se de metodologia especializada; o secretário acredita que existem equívocos na resolução, inclusive no papel do Conselho, acredita que não se pode tencionar os tons do diálogo se querem ser tratados de forma respeitosa. Pontua que o papel do conselho é indicar os nortes da Administração Pública. Informa que não irá estabelecer prazos mentirosos, pois está realizando, existem coisas sendo implementadas; a conselheira Patrícia pontua que o motivo de declínio da publicação da resolução foi uma forma de não tencionar a articulação; o conselheiro Paulo está ciente de todas as dificuldades que a Administração Pública tem de reorganizar e entender as demandas. Enfatiza nessa reorganização, a necessidade de criar uma estrutura de acolhimento emergencial para o PPCAM; o Secretário concorda com a fala do Dr. Paulo, acha fundamental e acredita que temos que caminhar nesse sentido. Um grupo para dialogar sobre essa situação; a promotora Luísa relata a importância de ter destinação de projetos para crianças e adolescentes ameaçados de morte, com isso, o recurso do fundo é muito importante para normas políticas; a presidente Adriana enfatiza o planejamento estratégico para o Conselho, pois se precisa trabalhar com indicadores; o Secretário coloca-se a disposição para trabalhar na articulação política tanto federal quanto estadual; o conselheiro Paulo relata sobre o programa que em na Ceilândia, onde alguns jovens relatam conflitos. Fica a disposição da secretaria para estar ampliando o programa, que está a disposição para o diálogo para superarem a situação; o Secretário agradece a fala do conselheiro Caio; o conselheiro Coracy agradece a presença do Secretário, e relata que o Conselho está resgatando o papel deliberativo, e o papel de promover as políticas públicas. Concorda com a conselheira Patrícia, onde precisa-se de elementos mais concretos, que para estabelecer diálogo, precisa-se de indicadores, pois sem eles, dificulta-se o acompanhamento. Acredita que pode trabalhar mais elementos para caminhar, que uma Resolução na linha de controle social, de diálogo, é necessária. Também vê a necessidade de maiores elementos de orçamento, e que todos devem fazer um esforço para a questão das nomeações; o secretário da SEDES agradece a fala do Coracy e expõe que sobre a questão dos atrasos sobre as organizações sociais e catadores, e relata que não tem uma OSC que esteja relacionado a assistência que não esteja regularizado. Informa que foi determinado por ele que toda a equipe, até o dia 15 de cada mês, as pessoas (catadores) recebam. Não existe pagamento atrasado para esse governo, uma determinação do Governador; o conselheiro Jairo continua com a mesma preocupação já relatada, é muito ruim uma política quando a política maior não tem um olhar para a participação social. Concorda com a conselheira Patrícia e a Dra. Luísa, concorda com as discordâncias, acredita não ser um plano de ação, que devem trabalhar com mais detalhes, mais clareza, que também é papel do CDCA. Pontua a fala do Secretário que explanou o que é ou não papel do conselho, o que é uma discussão detalhada, e acredita que o OCA deve passar pelo conselho. Acredita que o Governador não dá elementos para trabalho. Os conselheiros mantêm a mesma posição da plenária passada, onde acredita que a resolução deva ser publicada, e acredita que pode até ser reformulada. Credibiliza o que o Secretário fornece. E acredita que Governo não sinaliza vontade política para assegurar a participação social nas políticas pública; o secretário acredita que os problemas são conjunturais e de forma estrutural, o Governador não aprovar, ou publicar, não significa que não tem um olhar para as políticas. Respeita a fala do Jairo, mas não segue a mesma linha de raciocínio. Prefere um diálogo construtivo, construindo, apontando, achando solução. E que acredita que não podemos “apontar” a partir de posições pessoais; o conselheiro Fabiano agradece o Secretário e acredita que existirá força para solucionar o problema, relata que irão ampliar o centro de juventude na Ceilândia; o conselheiro Alceu parabeniza o Secretário e a equipe que esteve no Recanto das Emas, e acredita que quando vê um trabalho conjunto e que percebe-se que uma melhoria do atendimento, e isso cabe na questão das UNACS. Reconhece que muita coisa que está caminhando, mas para as políticas públicas gostaria de um aprimoramento para serem executadas, pois sente falta. Vê a necessidade de um Plano e Ação e um prazo para o PPP. Acredita que deva existir transparência nas relações, caminhar juntos, e que se não tiver diálogo aberto, infelizmente o colegiado terá que partir para a Resolução; o Secretário solicita que o Conselho sente e dialogue com sua equipe para estabelecer prazos, e para buscarem efetividade; Daisy agradece a presença do Secretário, e da equipe de seus servidores, principalmente de seu empenho no adiantamento das resoluções das questões elencadas, pontua que discorda de algumas falas postas por integrantes deste colegiado, entende ser determinante sua participação junto a este colegiado na construção responsável das políticas públicas e comenta que a tensão pode vir a comprometer esse processo. Salienta que é a primeira vez que um gestor e sua equipe se apresentam neste CDCA/DF com resposta anterior a questionamentos ou pedido de esclarecimentos; o conselheiro Vandecir valida à fala do Secretário o que se diz a respeito que o papel é construir, e que vê que estão conseguindo sair das caixinhas e levando ao governo uma conversa transversal. Sugere a realização de um Plano de Trabalho, que trouxesse questões emergenciais, e que se busque resolver no dia a dia, dando um norte para viabilizar esse planejamento para as ações; a promotora Patrícia fala sobre a casa de passagem onde não é um serviço tipificado, mas não é possível ou falta da tipificação, acredita que estão debruçando numa nomenclatura desnecessária. Acredita que se precisa desse equipamento hoje. Sobre corresponsabilidade, a promotora Luísa, acredita que estão trabalhando com uma questão complexa de política pública, onde não faz numa gestão de governo, mas sim numa política de estado. Reconhece que tem uma falta de política para as crianças e os adolescentes, e acredita que o Conselho precisa ter uma resolução que diga a respeito sobre a construção de políticas públicas para crianças e adolescentes. Pontua que o instrumento do Conselho pode ser utilizado para fortalecer a atuação governamental, e

afirma que não pode abrir mão do instrumento que cada órgão tem; a conselheira Patrícia parabeniza o Secretário e pede desculpas se o tom de fala foi ríspido. Parabeniza também a Secretaria de Juventude. Reconhece que as ações são extremamente importantes, mas que uma coisa não anula a outra. Ressalta novamente a importância das nomeações. Pontua que o que ficou deliberado em plenária passada, o declínio da publicação da resolução, foi esperando um Plano de Ação. Ela acredita que não estão retrocedendo, mas sim resgatando. Ressalta que não querem tencionar, mas acredita que a Resolução ajuda na orientação da Administração Pública. Sugere como encaminhamento voltar com a Resolução para uma reunião conjunta, aonde prazos seriam definidos, pontos que entrarão como ponto de ação também, além de realizarem uma Resolução que apoiará a Secretária; o Secretário valida o encaminhamento da Conselheira Patrícia e acredita que o diálogo em conjunto é construtivo; a presidente Adriana agradece a presença do Secretário, e afirma que os debates foram renovados, com acréscimos, também existiram considerações feitas sobre o documento. Pontua que foi feita uma política de construção, não estão em posição adversarial. Sugere como encaminhamento “mandar a versão da Resolução para a Comissão de Políticas Públicas e Legislação para uma revisão da mesma, observando o que ficou sugerido. Após aperfeiçoamento, será levada a Plenária para deliberação da publicação”; a promotora Luísa afirma que a Resolução não precisa estabelecer prazos e sim diretrizes, ela deveria ser realizada antes do Plano de Ação, aonde na lógica da construção, a deliberação do Conselho a respeito da Resolução viria antes do Plano de Ação; a conselheira Patrícia sugere estabelecer prazos e plano de ação, e que a Resolução seja apresentada com um formato de texto para aqueles pontos que precisam apoiar a Secretaria. Logo, sugere como encaminhamento a realização de dois documentos, um mais objetivo que teria prazo, metas e responsáveis para acompanhamento dos avanços. E a Resolução com diretrizes; o conselheiro Jairo sugere primeiro a Resolução e após só o Plano de Ação; a servidora Ângela pede contribuição para a construção de metodologia de trabalho, onde sugere que o Plano de Ação seja feito vinculado a Resolução; o conselheiro Jairo afirma que o Conselho deve estar preparado para delibera na Plenária do dia 28. Encaminhamento: o pleno delibera na realização de uma minuta de Resolução com as diretrizes que irão orientar o Plano de Ação da Secretaria de Desenvolvimento Social, convocando assim reuniões extraordinário das Comissões de Legislação e de Políticas Públicas para que seja apresentada na próxima Plenária. Item 3 – Deliberação da Lei 13.824/2019 – Reeleição de Conselheiros Tutelares: a presidente Adriana relata que foi aprovada a reeleição ilimitada dos Conselheiros Tutelares, onde existiu uma oportunidade de conversa com o Ministério Público com a expectativa de sair o veto. Conforme não aconteceu, existiu uma necessidade de elaboração da Resolução que acompanha a letra da lei federal; a promotora Luísa afirma que lançada a Resolução fica como Regra Geral, e expõe que existe uma orientação do CONANDA que os Conselhos tenham discricionariedade; a conselheira Ana Paula e a favor de deliberar pela razão de urgência, e se posiciona para que o artigo seja retirado; a promotora Luísa relata que o CDCA não queria modificar a Resolução, com a lei, veio uma obrigação de posicionamento do CDCA, onde orienta aos conselhos municipais que alterem sua Resolução de acordo com a Lei Federal independente da lei Estadual; o conselheiro Cleidison expõe a Resolução Normativa que traz a recondução; o conselheiro Coracy acredita no prejuízo dessa decisão; a presidente Adriana compartilha da angústia do conselheiro Coracy, mas entende alguns lados positivos; a conselheira Ana Paula compartilha do pensamento do conselheiro Coracy. Encaminhamento: fica aprovada por consenso a publicação da Resolução. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às doze horas, a presente ata foi lavrada por Amanda Leite Ferreira – Diretora de Normas e Comissões do Conselho de Direitos da Criança e Adolescente – CDCA/DF que vai assinada pela presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente..

ADRIANA BARBOSA ROCHA DE FARIA
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07, DE 08 DE ABRIL DE 2020 (*)

Permite a prorrogação dos pagamentos referentes a disposição de Resíduos da Construção Civil e Volumosos - RCC na Unidade de Recebimento de Entulhos – URE, e no Aterro Sanitário de Brasília - ASB.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, com fundamento no art. 94, incisos XII e XVII, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 35.972, de 04 de novembro de 2014, considerando:

As disposições contidas no Decreto nº 40.583, de 1º de abril de 2020;

A situação de emergência em saúde pública e a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência do novo coronavírus (COVID19), resolve:

Art. 1º Permitir a prorrogação, por até 60 (sessenta) dias, dos prazos para pagamentos dos boletos, tratados nas Instruções Normativas nº 89/2016 e nº 03/2020 - SLU, referentes à disposição de resíduos sólidos urbanos e resíduos da construção civil e de resíduos de podas e galhadas, oriundos dos grandes geradores e/ou serviços particulares, que destinam os resíduos ao Aterro Sanitário de Brasília - ASB e à Unidade de Recebimento de Entulho - URE do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU/DF.